



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – DECÊNIO 2024-2034
(PL 2614/24)

EMENDA Nº ____ / 2025

Emenda Supressiva, Aditiva e Modificativa ao PNE,
referente a Estratégia 1.5. ao Objetivo 1 do Anexo do
Projeto de Lei.

Estratégia 1.5. Suprima-se o trecho “em tempo”, modifique-se o trecho “os padrões nacionais”, substituindo-o por “o padrão mínimo”, acrescentando-se novos elementos ao texto da **Estratégia 1.5. ao Objetivo 1 do Anexo** do Projeto de Lei, modificando-se para a seguinte redação:

“Estratégia 1.5. Ampliar o acesso à **educação infantil integral**, com espaços e tempos apropriados às atividades educativas, de forma a garantir **o padrão mínimo** de qualidade **em âmbito nacional, utilizando-se de parâmetros de qualidade de referência estabelecidos nacionalmente, a partir de insumos, conforme o CAQi/CAQ, e de equidade** da educação infantil, com vistas a priorizar o atendimento das crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica.”





JUSTIFICATIVA

A primeira alteração proposta na estratégia 1.5 representa um avanço ao especificar que a ampliação do acesso à educação infantil não somente com a extensão do tempo, de parcial a integral, mas também assegurando educação na sua plenitude, deve ocorrer prioritariamente “nas escolas públicas”, reforçando o papel do Estado como garantidor desse direito social de forma plena. Essa modificação evita ambiguidades que poderiam permitir a terceirização desse serviço ao setor privado, assegurando que os investimentos públicos beneficiem diretamente a população, especialmente crianças em situação de vulnerabilidade. Ao vincular explicitamente a oferta à rede pública, a nova redação alinha-se ao princípio constitucional da gestão democrática e pública da educação (art. 206, VI, CF/88), além de fortalecer a equidade ao priorizar instituições que atendem à maioria da população.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu no art. 211, § 1º que: “A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios”. Dessa forma, deve existir um “padrão mínimo de qualidade” a ser instituído em todo o território nacional e não “padrões nacionais de qualidade” como está proposto. Esse “padrão mínimo de qualidade” seria estabelecido, como proposto nesta emenda, definindo-se parâmetros de qualidade de referência, a partir dos insumos, que deveriam ser assegurados em todas as escolas do país, com patamares mínimos de (tais como): dias letivos por semana; jornada diária de ensino; tamanho das turmas; formação, jornada de trabalho, carreira e remuneração de professores; composição do quadro de servidores, formação e remuneração de funcionários de escolas; manutenção das escolas, formação continuada, materiais didáticos; e outros. Além disso, considera adicionais que procurem atender aspectos relacionados à heterogeneidade territorial do país, à diversidade existente e à grande desigualdade brasileira. O Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi),







CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DECÊNIO 2024-2034 (PL Nº 2.614/2024)

adequados, criando um sistema educacional que combine excelência acadêmica com justiça social. Assim, somente quando qualidade e equidade caminham juntas é possível realizar o direito à educação plena, conforme previsto no artigo 206 da Constituição Federal, que vincula a igualdade de condições ao padrão de qualidade.

Esta emenda está sendo apresentada por sugestão da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, juntamente com 17 entidades que compuseram a construção de seu caderno de emendas: Ação Educativa, ActionAid, Fineduca, CEDECA-CE, CNTE, Mieib, MST, REPU, Uncme, Undime, ÔAÉ, Fonec, Cátedra Unesco da UnB, IDDH, Aprendiz, AUE, ObsEM.

Sala da Comissão, _ de _ de 2025

Pedro Uczai
Deputado Federal

